

CONFLITOS E IDENTIDADES TERRITORIAIS DOS POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ E SANTA CATARINA: Indígenas, caboclos e pescadores artesanais

Cristina Buratto Gross Machado¹
Evandro José Narduci Ruiz²
Cleverson Gonçalves³

Resumo

O presente artigo tem o intuito de contribuir ao debate sobre a luta travada pelos povos tradicionais na defesa dos seus territórios, bem como, trazer a tona questões referentes às identidades territoriais e territorialidades desses grupos, a partir dos resultados já alcançados em nossas pesquisas de mestrado e doutorado, realizadas no âmbito do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e das discussões feitas em nosso grupo de pesquisa: Geografia Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC. Cujo foco central das pesquisas realizadas tem sido apreender sobre os conflitos, rupturas e permanências desses povos na contemporaneidade. Desse modo, em nossa discussão abordaremos três povos específicos, os indígenas da etnia Kaingang presentes na região norte paranaense, os caboclos cujo território perpassa os territórios políticos dos estados do Paraná e Santa Catarina, e os pescadores artesanais do litoral norte catarinense.

Palavras-chave: Povos Tradicionais, Território, Conflito.

Introdução:

Entendemos como povos e/ou comunidades tradicionais os grupos indígenas e não indígenas, que possuem um modo de vida diferenciado do homem moderno, seja em relação a sua cultura, organização social, religião, trabalho, enfim, entendemos que esses povos desenvolveram saberes e formas de manejo dos recursos naturais que ultrapassam os interesses econômicos e sua sobrevivência. Esses grupos possuem outra racionalidade que diverge, em partes, da sociedade capitalista, onde o território é uma apropriação oriunda de sua territorialização e do seu poder sobre ele, poder vindo de seu conhecimento sobre o mesmo, de sua adaptação ao meio e de suas necessidades, e não de sua posse ou propriedade como simples mercadoria, mais relacionado ao seu “espaço-tempo vivido”, o território é sua identidade (HAESBAERT, 2007). Seria o que Santos (2000) chama de “território como abrigo”, diferente do “território como recurso” presente nas relações dos atores hegemônicos,

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL, cris_buratto@yahoo.com.br

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL, evandrogeouel@gmail.com

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL, kevo_goncalves@hotmail.com

onde o território seria tido como “um meio para se obter um fim”, o lucro, já para os “atores hegemonzados” o território seria “um fim em si mesmo”.

Concordamos com Santos (2002, p. 97) quando ele aborda o território como sendo “uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi”. Saquet (2007) nos chama a atenção para a importância das territorialidades caracterizadas pelas relações materiais e imateriais do território, as “(i) materialidades”, que podem ser percebidas através das sensações, do real e das representações, submetendo-as as dimensões políticas, econômicas e culturais, ressaltando que tais dimensões não podem ser dissociadas, lidas sem uma interligação. Por conseguinte, percebemos que o território deva ser analisado levando em conta todos esses fatores citados por Saquet, o território como uma construção social, deve ser abordado pela sua multidimensionalidade, ou seja, considerando suas dimensões sociais, espaciais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Sabemos que valores culturais mudam de uma cultura para outra, ou seja, o que determinada sociedade defende, pratica e ensina, pode ser muito diferente, ou até mesmo o oposto, do que é vivenciado por outras sociedades.

De um modo geral, as comunidades tradicionais indígenas vivem um tipo de economia mais solidária, não competitiva, não empregando a exploração de uma pessoa (ou do trabalho de uma pessoa) por outra. Diferente de outros povos tradicionais como os pescadores artesanais, que se utilizam do trabalho de meeiros, compadres e tripulantes em substituição ao trabalho familiar que por vezes é escasso, mas mesmo assim as relações de trabalho não se definem do mesmo modo que nas relações capitalistas de produção, não são relações de assalariamento, e sim um “trabalho acessório” (CHAYANOV, 1974), utilizado a fim de lhes aumentar a renda e/ou diminuir o esforço em épocas de maior sobrecarga. Também é importante ressaltar que os indígenas e demais povos tradicionais necessitam de seus territórios, para além de suas terras, como forma de exercerem sua cidadania, preservando assim, suas características sociais e culturais que constituem suas etnicidades, suas identidades.

Por isso, acreditamos que o território somente possa ser concebido por meio de uma perspectiva integradora das dimensões sociais – a sociedade mais a natureza. Diante desta abordagem, o presente trabalho está pautado nas análises realizadas junto à três diferentes povos tradicionais, indígenas, caboclos e pescadores artesanais, associando-os quanto as

disputas de territórios, a caracterização de suas identidades territoriais e a efetivação de suas culturas.

Para este artigo trabalharemos com três povos tradicionais específicos, presentes nos estados de Santa Catarina e Paraná, indígenas, caboclos e pescadores artesanais. Portanto, no que tange a questão indígena, nosso foco é na etnia Kaingang da região norte paranaense, especificamente em dois pontos, o primeiro no aldeamento indígena Apucarantina, localizado na confluência dos rios Apucarana e Apucarantina com o Rio Tibagi, dentro do Município de Tamarana/PR, que integra a região metropolitana de Londrina-PR, e o segundo ponto, no acampamento Wãre, localizado na área urbana desta cidade. Os caboclos cujo território perpassa os territórios políticos dos estados do Paraná e Santa Catarina, e os pescadores artesanais do litoral norte catarinense. Para este trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, para formalizar o pensamento e buscar um maior entendimento a respeito dos pressupostos teóricos que definem e delimitam a presença das comunidades tradicionais abordadas e o reconhecimento de suas territorialidades nestes processos.

Povos tradicionais

Esses grupos tratados por diversos autores como povos tradicionais, populações tradicionais, são para nós percebidos como “comunidades tradicionais”. Apesar de consistirem desde sua origem (os grupos não indígenas) como uma pequena produção mercantil, essas comunidades apresentam diferentes relações com o meio natural e seus recursos, representam outro modo de vida, que diverge, em partes, ao do homem urbano contemporâneo, para Almeida:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção (ALMEIDA, p. 105, 2010).

A legislação brasileira reconhece esses sujeitos e seus grupos, apesar de, no caso específico dos pescadores tradicionais e dos caboclos, não reconhecer e nem regulamentar seus territórios, como feito a outras comunidades tradicionais como os indígenas e

quilombolas, por exemplo. Esses sujeitos são reconhecidos pela constituição de 1988 que define comunidade ou povo tradicional, como sendo os:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

Essas comunidades desenvolveram saberes e formas de manejo dos recursos naturais que ultrapassam os interesses econômicos e sua sobrevivência, mas que abarcam sua “reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos” (DIEGUES, p. 24, 1999). Para este autor, podem ser compreendidas como uma sociedade e/ou comunidade tradicional aquelas que se caracterizarem pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações...
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87-88).

Diegues (1999) faz um adendo sobre esse conceito diferenciado às “comunidades tradicionais não indígenas, das comunidades tradicionais indígenas”, para ele um dos principais elementos de ligação desses grupos com a natureza é a sua relação com o território. Ele também trás nessa mesma obra um conceito de território dentro da perspectiva dessas

comunidades, onde o território “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES, p. 25, 1999). Para Godelier (1984, apud Diegues, p. 25, 1999):

O território fornece, em primeiro lugar, o homem como espécie, mas também, os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios para a produção dos aspectos materiais das relações sociais – aquelas que compõem a estrutura determinada de uma sociedade, como as relações de parentesco.

Desse modo, pode se dizer que o território dessas comunidades tradicionais é uma apropriação oriunda de sua territorialização e do seu poder sobre o território, poder vindo de seu conhecimento sobre o mesmo, de sua adaptação ao meio e de suas necessidades, e não de sua posse ou propriedade como mercadoria, mais relacionado ao seu “espaço-tempo vivido”, o território é sua identidade (HAESBAERT, 2007). Seria o que Santos (2000) chama de “território como abrigo”, diferente do “território como recurso” presente nas relações dos atores hegemônicos, onde o território seria tido como “um meio para se obter um fim”, o lucro, já para os “atores hegemonzados” o território seria “um fim em si mesmo” e sem o território eles desaparecem.

Em se tratando de território, Santos argumenta que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2002, p. 97).

Em síntese, por entendermos que o território “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida”, é que afirmamos sua importância para esta pesquisa, e também por considerarmos que esses territórios marcados por suas “imaterialidades” (RAFFESTIN, 1993), foram construídos pelo trabalho, pela cultura, pela tradição destas comunidades que há décadas produzem esse território.

Saquet (2007) nos chama a atenção para a importância das territorialidades caracterizadas pelas relações materiais e imateriais do território, as “(i) materialidades”, que

podem ser percebidas através das sensações, do real e das representações, submetendo-as as dimensões políticas, econômicas e culturais, ressaltando que tais dimensões não podem ser dissociadas, lidas sem uma interligação.

Por conseguinte, percebemos que o território deva ser analisado levando em conta todos esses fatores citados por Saquet, o território como uma construção social, deve ser abordado pela sua multidimensionalidade, ou seja, considerando suas dimensões social, espacial, política, econômica, cultural e ambiental. Bem como as suas redes, pois o território também é composto por redes.

Delineando as identidades

Indígenas

O território possui caráter imprescindível para os indígenas, uma vez que necessitam exercer sua cidadania, preservando desta forma, suas características sociais e culturais que constituem sua etnicidade. Contemporaneamente, as cidades vão se tornando cada vez mais importantes para os povos indígenas, uma vez que as condições atuais de vida nas áreas indígenas criam uma dependência crescente deles com os espaços urbanos.

Desse modo, o espaço deve ser considerado um evento e mais do que um elemento físico, conforme encontramos nas bibliografias consultadas, e a abordagem a respeito do território, perpassa a perspectiva integradora que envolve este com o espaço, no qual não pode ser considerado unicamente cultural, político ou econômico. Assim, o território somente pode ser concebido por meio de uma perspectiva integradora das dimensões sociais – a sociedade e a natureza.

Em relação aos indígenas, delimitamos para este trabalho, duas áreas específicas, na busca de dialogar com o conceito de território. Sendo a primeira delas, a área da reserva indígena que localiza-se na confluência dos rios Apucarana e Apucarantina com o rio Tibagi, presente no município de Tamarana/PR, o qual integra a região metropolitana de Londrina, e a outra área é a do “Vãre- Centro Cultural” que está situada dentro da cidade de Londrina e tem ao longo dos anos se transformado de um centro de apoio à cultura indígena, em um acampamento indígena.

Importante ressaltar, que estamos contextualizando áreas pertencentes a etnia kaingang, presente no tronco linguístico denominado *Macro-Jê*, e que estão distribuídos

geograficamente pelos territórios dos Estados da região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e no Estado de São Paulo.

A denominação Kaingang foi introduzida na literatura em 1882, pelo engenheiro Telêmaco Borba, que conviveu com os indígenas na segunda metade do século passado, ele nomeou vulgarmente os grupos indígenas não-guaranis de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também eram conhecidos como “coroados” pela forma peculiar do corte de cabelo, como aponta Nötzold (2003).

Segundo o Portal Kaingang (2013), “os Kaingang estão entre os mais numerosos povos indígenas do Brasil. Falam uma língua pertencente à família linguística Jê. Junto com os Xokleng, integram o ramo Jê Meridionais”. Além destes, os povos Jê adotam a seguinte distribuição: os Jê centrais, presença das etnias xavante, xerente e xacriabá, e os Jê setentrionais, Apaniekrá, Ramkokamekra, Krahô, Pukobye, Parakateyê, Kreyê, entre outras. Adota-se como organização social desta etnia, a divisão entre Kamé e Kairú, sendo que os primeiros estão relacionados ao Oeste e à pintura facial com motivos compridos e, os demais relacionados ao Leste e à pintura facial com motivos redondos.

A delimitação original da Terra Indígena do Apucarana, foi realizada pelo governo do Paraná por meio do decreto n.6, no dia cinco de julho do ano de 1900, com a criação do Posto Indígena Dr. Xavier da Silva em 1906, posteriormente mudado para Posto Apucarana, sofrendo redução e remarcação no ano de 1953, pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FCPI). A área original foi estimada em 80.000 hectares e atualmente conta com 5.574 hectares. A população do Apucarantina atualmente é estimada em aproximadamente 1.750 kaingang, distribuídos em um total de 350 famílias (PORTAL KAINGANG, 2014).

O wãre é um acampamento temporário, no qual eles se fixavam em florestas e na proximidade de rios para se abrigarem nos meses em que caçavam ou pescavam. A prefeitura de Londrina, através da coordenação da Secretária Municipal de Assistência Social, integrada com as Secretarias da Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura desenvolveram desde o ano de 1993 um programa de atendimento aos Kaingang, no qual a partir do ano de 1999 foi implantado o *Vãre*- Centro Cultural Kaingang, conforme Figura 01, localizado na Avenida Dez de Dezembro, no centro urbano de Londrina.



Figura 01: Localização do acampamento temporário Kaingang no município de Londrina
 Fonte: ITCG (2017). Organização- RUIZ, E., 2017.

Perante a constituição do espaço físico, destinado a passagem dos indígenas da etnia Kaingang pela cidade, com objetivo de comercialização de seus produtos artesanais no centro urbano do município de Londrina, objetivando efetivação e disseminação de seus aspectos culturais, bem como uma reformulação estratégica de sobrevivência, uma vez que a configuração dos vãre tradicional, e da própria aldeia (emã) vivenciaram a deterioração dos aspectos que praticavam em seu habitat natural. Esta mobilidade e o processo de territorialidade kaingang no centro urbano, pertence, de acordo com Tommasino (1995) a concepção, produção e organização territorial desta etnia, que se tornaram compreensíveis à luz de duas categorias temporais que visam explicar as diferenças entre o “tempo dos antigos” e “os novos tempos”- o vãsy (ou wãxí) e o uri. Nesta concepção, o vãre urbano, acima representado, constitui-se como o tempo dos novos, em que as práticas ancestrais, foram substituídas pela comercialização de artefatos, ora motivados pelo sistema capitalista excludente, presente nas cidades.

Diante da dialética das relações territoriais e dinâmicas socioespaciais presentes, a fala de Tommasino, vem ao encontro do exposto,

[...] os mais velhos vivem o presente tendo os olhos voltados para o passado; preocupam-se com o futuro tendo como referência os valores do vãsy,

sentindo que os mesmos desvanecem e o presente se apresenta ora como irracional, ora como tendo outra racionalidade. Os jovens vivem o presente conforme construíram, ouvindo os ecos do passado, mas voltados para os novos centros de interesse. [...] como disse Halbwachs, o tempo antigo e o novo subsistem um ao lado do outro, e também o antigo é constituinte do novo (TOMMASINO, 1995, p. 275).

A constituição de um território dependia de condições que propiciassem a reprodução enquanto caçadores-coletores e cultivadores, de acordo com padrões estabelecidos culturalmente, e na disposição que os rios delineavam territórios da etnia kaingang, configurando-se como obstáculos naturais. Os novos centros de interesse, mencionados pela autora, podem ser associados ao processo de des-re-territorialização, articulado por Haesbaert (1997), em que as práticas indígenas sofreram interferência do fóg (homem branco), ora para sobreviver, ora como opressão. O que não difere do hodierno, frente as limitações da fala no processo de comercialização de seus produtos, e/ou no ato de pedinchar (na visão do não indígena) pela cidade os produtos para uso necessário.

Observamos que em meados da década de 1940, com a criação da Central Hidrelétrica Apucarantina (CHA), executada pela Companhia Paranaense de Energia- Copel-, em conjunto com as “madeireiras que se instalaram e realizaram atividades indiscriminadas”, segundo Tommasino (1995), essa obra modificou socioculturalmente o território kaingang. Atualmente, a Terra Indígena Apucarantina, possui a seguinte organização: aldeia sede, centro administrativo e político, criados na década de 1940, resultantes do processo de reduções de outras terras kaingang. Nesta aldeia encontram-se a grande maioria dos índios, com posto de saúde e atendimento médico, duas escolas para concretização dos princípios basilares da educação indígena, previsto na CF 88 e LDB 9394/96.

A aldeia Barreiro, criada entre as décadas de 1950 e 1960, também por iniciativa do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), antecessor da vigente Fundação Nacional do Índio (FUNAI), é considerada uma espécie de extensão política da aldeia sede. Conta com aproximadamente 20 famílias. A terceira aldeia, denominada de Serrinha, teve sua criação pelo movimento dos kaingang de retomada, em julho de 2010, motivadas por conflito interno da etnia, no qual Cimbaluk (2013) relata em seu estudo, apresentando os motivos que levaram à criação desta aldeia, bem como em agosto do ano seguinte (2011), a estruturação e criação da aldeia Água Branca, localizada entre as três aldeias, porém, separadas territorialmente, por

conflitos e desentendimentos de ordem política e de emancipação da representatividade que formara-se, desvinculando a ligação das outras três aldeias.

Os caboclos

Caboclo a priori é o nome dado à população resultante da miscigenação entre homens brancos e indígenas, Darcy Ribeiro em sua obra “O Povo brasileiro” trata dos principais aspectos relacionados a esses sujeitos, especialmente aos habitantes da Amazônia. Já o caboclo do Contestado é o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo esse modo de vida tão rico e diverso.

Autores como Fraga (2015, 2016), Welter (2007), Machado (2011) entre outros, nos reportam uma imagem do caboclo como um sujeito em equilíbrio com seu meio, tanto o social, quanto o ambiental, dentro de uma simplicidade que lhe é característica e que difere do modo de vida capitalista urbano e rural do período pré-guerra do Contestado. Existiam trocas comerciais com os fazendeiros da região e, personagens como os “Bodegueiros” e os “tropeiros” foram fundamentais, já que comercializavam/trocavam produtos e faziam circular os excedentes da produção desses camponeses ao longo do território (PEREIRA, 1966). Sobre essa identidade cabocla Tomazi também esclarece que:

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal-capitalista, o povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (TOMAZI, 2005, p. 98).

Os caboclos são sujeitos miscigenados, híbridos e continuam sua metamorfose (TOMAZI, 2005), são sujeitos em constante construção, não temos a pretensão de classificar ou predeterminar os sujeitos, pois não acreditamos em uma exatidão, um fim e essa talvez seja a maior riqueza desse grupo. Mesmo com a perda da terra e das milhares de vidas, eles resistem ao tempo e as adversidades e nesses cem anos a cultura se fortalece e prevalece aos horrores da guerra.

Cem anos se passaram e a guerra do Contestado ainda é latente, tanto nas memórias e discursos do povo, quanto nos inúmeros sítios históricos e resquícios que ainda estão presentes na região, bem como nos baixos IDHs das áreas mais afetadas pela guerra.

A guerra do Contestado que foi de 1912 a 1916, provocou a queda de todo esse equilíbrio retratado anteriormente e deixou marcas que mesmo passado um século do seu fim, ainda são tão presentes.

Existem algumas versões sobre a luta dos caboclos na guerra, mas nos posicionamos pela versão da luta pela terra, pelo movimento camponês de resistência exercido pelos caboclos da região ao sentirem-se coagidos pelo Estado e pelas ações empregadas pela companhia Southern Brazil Lumber and Colonization pertencente ao grupo estrangeiro o Trust of Toronto, e pelos coronéis da região.

O discurso oficial da época é de que com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande na região do Planalto Catarinense o desenvolvimento chegaria para esse grande “sertão”. A população que o habitava foi ignorada por esse discurso e pela mídia, mas foi sendo forçada a abandonar seu território ocupado há décadas, para dar vez ao “grande dragão de ferro” (o trem), prenunciado pelo monge São João Maria, e pela brutal entrada do capital estrangeiro na região. Esse capital investiu com o apoio do Estado na exploração da madeira, na construção da estrada de ferro e na especulação imobiliária, já que a Lumber também era uma empresa de colonização.

Resumidamente, podemos dizer que o início do conflito que resultou na Guerra do Contestado, se deu com a “limpeza da terra” por parte da Lumber, então com a resistência dos caboclos e a investida do exército a favor da empresa, se deu a guerra. Estima-se que cerca de 20.000 pessoas foram mortas neste conflito. A maior parte do lado dos caboclos (KAISER, 2014).

Essas terras consideradas pelo Estado como devolutas, só tiveram a posse respeitada os coronéis da região, os caboclos que eram posseiros não foram considerados, isso apesar de terem seus direitos a posse garantidos pela Lei de Terras de 1850, já que a mesma reconhecia esse direito a quem ocupasse terras por um longo período, como era o caso dos caboclos, porém, por se tratarem de camponeses pobres e iletrados, tal lei não foi considerada (MEIRINHO, 2009).

Com o fim da guerra, se é que chegou mesmo ao fim, talvez o confronto, mas sua herança ainda é presente nessa região, pois o processo de expulsão desses sujeitos de seu

território, e todas as mortes ocorridas nesses longos quatro anos não foram capazes de eliminar essa população, não os destruiu por completo, os caboclos resistiram, assim como seu modo de vida, sua cultura, religiosidade. Mesmo tendo sido negligenciados por décadas pela história oficial, a história oral se encarregou de passá-la adiante, bem como, de transmitir e perpetuar os saberes tradicionais acumulados ao longo dos tempos, pois “é a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, P.40).

A Guerra do Contestado foi o maior massacre realizado dentro do Brasil, deixou um saldo de milhares de mortos, tantos outros desalojados de suas terras e alijados de seu modo de vida, seu meio de produção, de subsistência. Além dos problemas enfrentados antes e durante o período da Guerra, os caboclos do Contestado continuam fazendo a colheita obrigatória dos resquícios desse período. Como vimos através de diversos autores que discutem o tema, não é por acaso que essa região é a mais pobre e desigual do estado de Santa Catarina. Mesmo com investimentos e criação de inúmeras indústrias na região, essas benesses continuam sendo mal divididas, e o Estado que seria o mediador, se ausenta e falha mais uma vez, aumentando ainda mais a dívida histórica com essa população. Por isso se fazem necessárias pesquisas sobre esses processos e a formação socioespacial de Santa Catarina, para descortinar essas realidades e quiçá promover a sua visibilidade, a fim de que um dia, pelo menos em parte, essa dívida seja paga.

Os pescadores artesanais

Os pescadores artesanais do litoral catarinense estão organizados em colônias de pesca, inicialmente eles residiam próximos às praias onde estão os portos de canoas, tinham ali também suas roças para a subsistência das famílias, mas com a chegada do capital turístico e imobiliário à região a partir da década de 1960, esses sujeitos foram perdendo seus territórios de moradia, e posteriormente os territórios de trabalho.

A maioria das colônias teve a mesma origem, são resultado de uma política de ocupação territorial, criada no Brasil no século XVIII, com o intuito de impulsionar o “movimento colonizatório” no litoral catarinense, e evitar perdas territoriais para a Espanha. Desse modo, Portugal incentivou a vinda de Açorianos e Madeirenses para a região a fim de

fomentar a agricultura e a pesca, especialmente a pesca de baleias, cujo óleo tinha importante valor comercial neste período. Tanto para o consumo da corte, quanto para a exportação (SILVA, 1992).

De lá pra cá muitas transformações ocorreram nessa região, mas apesar dos intensos movimentos de desterritorialização vividos pelas colônias, grande parte delas resistiu e ainda se encontra em atividade.

A região litorânea de Santa Catarina é articulada contínua e/ou descontinuamente, pelos territórios da pesca artesanal, do turismo, da indústria pesqueira, do transporte marítimo, recentemente, da exploração petrolífera no Pré-Sal, etc, são múltiplos territórios que disputam poder, espaços e se sobrepõem uns aos outros. Sobre esses territórios Souza coloca que, “quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes” (2009, p.94). Tais contradições são por nós percebidas como conflitos, sendo um dos mais contundentes percebidos até o momento através de nossas pesquisas, o conflito entre os pescadores artesanais e as frotas da pesca industrial.

A pesca artesanal teve e ainda tem um importante papel na formação socioespacial e econômica desta região, considerada a maior produtora de pescados do país, mesmo com desvantagens técnicas, físicas e políticas em relação à indústria da pesca, a pesca artesanal é expressiva no estado e vem resistindo em seus territórios mesmo com tanta pressão e falta de apoio do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que os estudos contemporâneos sobre os povos tradicionais tem percebido um aspecto em comum, esses grupos passaram a ser encarados como protagonistas das suas próprias histórias. Desse modo, diante do referencial adotado, compreendemos que as territorialidades dos povos tradicionais por nós analisados, estão embasadas em seus diferentes exercícios de poder, nas formas de apropriação dos seus territórios, nas práticas culturais, no saber fazer de suas lidas cotidianas e assim eles afirmam suas identidades concretizando-as também pelas interações sociais-naturais-espirituais. Neste viés, a percepção quanto a territorialidade concretizada no e do território é assimilada com a práxis dos homens,

a qual resulta na concretização através do uso da terra (material) e seus entendimentos/atribuições (imaterial).

A territorialidade estabelecida pela formação de cada território - indígena, caboclo e dos pescadores artesanais, contempla as relações sociais como práticas espaço-temporais do território.

No processo de (re)territorialização, uma das alternativas econômicas encontradas pelos kaingang tem sido a produção de artesanato mercantil, desta forma, os acampamentos temporários (wãre) em Londrina tornaram-se para esta população um centro de comércio de suas mercadorias e ao mesmo tempo, fornecedor de serviços e produtos a sua sobrevivência. Diante destas condições, podemos notar uma alienação ao sistema dominante empreendido no centro urbano, o que difere da dinâmica que acontece nos alojamentos fixos (emã), a Aldeia Apucarantina em nosso estudo.

Cada um dos grupos apresenta estratégias de sobrevivência particulares, o que nós percebemos como resistências, que são empregadas para manter seus territórios, e ou suas práticas socioeconômicas como a pesca artesanal, a coleta da erva-mate, do pinhão, a produção dos artesanatos, enfim, suas formas de reproduzirem suas vidas através do trabalho, mas que também estão imbricadas aos seus modos de vida, as suas culturas e formas de apropriação dos seus territórios. Essa relação entre o trabalho, às identidades e os territórios ressaltamos a importância deste último para esses grupos, daí a relevância de estudos que ressaltem essas práticas sociais na construção e afirmação de vossas identidades e territorialidades, dando voz aos povos tradicionais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. et al. **Agroestratégias e desterritorialização**: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CIMBALUK, L. **A criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucarantina**: “política interna”, moralidade e cultura. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, São Paulo. USP, 1999.

FRAGA, N. C.; SILVEIRA, H. M. **O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada**. Caderno de Geografia, v.26, n.45, 2016.

FRAGA, N. C. **TERRA CABOCLA**. Direção: Marcia Paraiso e Ralf Tambke. Plural Filmes, 2015. DVD (82 min).

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

KAISER, J. **Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense**. Florianópolis: Letras brasileiras, 2014.

MACHADO, P. P. **Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado**. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. p. 178-186. 2011.

MEIRINHO, B. C. D. **A terra vista do espaço**. Breve ensaio sobre o Contestado e as modernas relações do homem com a natureza. In: FRAGA, N. C. (ORG.) **Contestado: o território silenciado**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2009. v. 1000. 264p.

NÖTZOLD, A. L. V. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul. /dez. 2010. Editora UFPR.

PEREIRA, O. D. **O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado: Paraná – Santa Catarina**. Revista Civilização Brasileira, n. 9-10, p. 223 -246. Ed. Civilização Brasileira, 1966.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SILVA, C. M. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.

TOMAZI, G. **A mística do Contestado**: A mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes. 2005. 390p. Dissertação (mestrado em ciências da religião) Pontifícia universidade católica de São Paulo, 2005.

TOMMASINO, K. **A história dos kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

WELTER, T. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo**: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. 2007. 338 p. Tese (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Portal Oficial Kaingang (2014). Disponível em:
<<http://www.portalkaingang.org/index.htm>>. Acesso em: 15 de Fev. 2017.